

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E A VIVÊNCIA SUBJETIVA DOS TRABALHADORES

Vanessa Alexandre de Souza¹

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo realizar um estudo sobre a relação entre trabalho e saúde mental. Trata-se de estudar os casos de trabalhadores atingidos por doenças mentais. Os trabalhadores que estão nas fábricas, nas usinas, nos escritórios, etc. e são submetidos a pressões no seu dia-a-dia geradas pela organização do trabalho. O objeto de estudo passa a ser, não a loucura, mas o sofrimento decorrente do trabalho, “um estado compatível com a normalidade, mas que implica numa série de mecanismos de regulação” (DEJOURS, 1997). Procuramos entender as relações que podem se estabelecer entre a organização do trabalho e o sofrimento psíquico. Para revelar certos sofrimentos que, na verdade, foram negligenciados até hoje pelos estudos sobre o trabalho, procuraremos analisar aquilo que, no afrontamento do trabalhador com sua tarefa, põe em perigo sua vida mental e, sobretudo, a vivência dos trabalhadores em relação à saúde e em relação à doença.

PALAVRAS-CHAVE: Organização do trabalho, Psicodinâmica do trabalho, Saúde mental.

ABSTRACT: This research aims to conduct a study on the relationship between work and mental health. It is to study the cases of workers suffering from mental disorders. The actual population and “normal” workers who are in factories, mills, offices, etc. and is subjected to pressures in their day to day. The object of study becomes, not the madness, but the pain of labor, “a state compatible with normality, but that implies a series of regulatory mechanisms” (DEJOURS, 1997). We seek to understand the relationships that may be established between the organization of work and psychological distress. To reveal certain sufferings which, in fact, have been neglected so far in studies on work, we try to analyze what, in the confrontation of the worker with his task, endangers their mental life, and especially the experience of workers in relation to health and for disease.

KEY-WORDS: Organization of work, Psychodynamics of work, Mental health.

INTRODUÇÃO

O posicionamento no mercado de trabalho representa um marco para a construção da vida adulta, para a constituição de uma rede social, para o reconhecimento de ser alguém capaz. Há casos em que o trabalho é favorável ao equilíbrio mental e à saúde do corpo. Mas aqui analisamos as situações em que a organização do trabalho exerce sobre o trabalhador, uma ação específica, cujo impacto é o desgaste mental. “Assim, o trabalho se revela essencialmente ambivalente. Pode causar infelicidade,

¹ Mestranda em Sociologia do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás. Pesquisadora do Núcleo de Estudos Sobre o Trabalho (NEST), da Faculdade de Ciências Sociais/Universidade Federal de Goiás.

alienação e doença mental, mas pode também ser mediador da autorrealização, da sublimação e da saúde.” (DEJOURS, 2006, p.98)

Em certas condições, emerge um sofrimento que pode ser atribuído ao choque entre a história individual e a organização do trabalho. Esse sofrimento de natureza mental começa quando o sujeito, no trabalho, já não pode fazer nenhuma modificação na sua tarefa no sentido de torná-la mais conforme as suas necessidades fisiológicas e a seus desejos psicológicos. Segundo DEJOURS, contra o sofrimento, a ansiedade e a insatisfação se constroem sistemas defensivos:

Contra a angústia do trabalho, assim como contra a insatisfação, os operários elaboraram estratégias defensivas, de maneira que o sofrimento não é imediatamente identificável. Assim disfarçado ou mascarado, o sofrimento só pode ser revelado através de uma capa própria a cada profissão, que constitui de certa forma sua sintomatologia. (DEJOURS, 1997, p.133)

O sofrimento mental resulta da organização do trabalho. A vida mental do trabalhador é dominada pela organização do trabalho. “A erosão da vida mental individual dos trabalhadores é útil para a implantação de um comportamento condicionado favorável à produção.” (DEJOURS, 1997, p.96). A exploração do sofrimento pode ter repercussões sobre a saúde dos trabalhadores, do mesmo modo que a exploração da força física.

Pretendemos revelar um sofrimento não reconhecido, provocado pela organização do trabalho. Este sofrimento gera estratégias defensivas, desenvolvidas pelo sujeito para suportar as pressões do seu trabalho e continuar em atividade. “As estratégias defensivas podem ser utilizadas pela organização do trabalho para aumentar a produtividade.” (DEJOURS, 1997, p.119) Não existem psicoses de trabalho, nem neuroses do trabalho. Apenas algumas interpretações simplistas atribuem à sociedade a causa de todas as doenças mentais. As doenças psíquicas dependem da estrutura da personalidade. Mas o momento em que ocorrem as doenças têm ligação com a realidade que o sujeito está vivendo. Na relação do trabalhador com a organização do trabalho existe a presença de fatores estressantes: a fadiga, a frustração e a própria organização do trabalho. Esses fatores favorecem as descompensações psiconeuróticas, podendo levar o trabalhador a internações e tratamentos psiquiátricos.

A PSICODINÂMICA DO TRABALHO

Os estudos embasados na psicossociologia e na psicodinâmica do trabalho tem como característica permitir o acesso à dimensão subjetiva e intersubjetiva do trabalho e dos seus sentidos no ordenamento da sociedade contemporânea. Através

desta perspectiva é possível descrever e compreender o funcionamento das sociedades e a mudança em suas dimensões, ao mesmo tempo, globais, individuais e subjetivas.

A violência, a questão das fragilidades dos vínculos, da banalização das injustiças sociais, são temáticas importantes para a psicossociologia. O contexto da sociedade contemporânea é marcado pelo individualismo, violência, exclusão social e banalização da dor e do sofrimento. A psicossociologia procura abordar os fenômenos sociais em sua complexidade psíquica e social, sem esquecer suas dimensões antropológica, histórica e política.

Os indivíduos, de acordo com COSTA e BRANDÃO (2005), podem ser considerados como produto tanto dos determinantes psíquicos como dos sociais, não sendo estes equivalentes, porém dificilmente dissociáveis. Os determinantes sociais produzem um efeito psicológico que não pode ser compreendido apenas na sua dimensão individual. O sofrimento humano como ético-político produzido por uma história de desigualdades e injustiças sociais, vivenciado pelo indivíduo, tem origem nas relações intersubjetivas constituídas socialmente. Essa visão contribui para uma releitura do sofrimento, não como característico do indivíduo, mas como produto de processo histórico político, social e econômico de exclusão.

As contribuições da Escola Dejouriana acerca da análise da relação prazer, sofrimento e trabalho, abordam os processos psicossociais que interferem nos indivíduos e nas organizações. A partir das pesquisas e ideias de Christophe Dejours se constitui um ramo de pesquisa, a Psicodinâmica do Trabalho. Estas pesquisas têm como foco a relação entre saúde mental e trabalho. O autor é um crítico das abordagens positivistas que marcam o modelo tradicional de pesquisas voltadas para a subjetividade do trabalho. Análise psicodinâmica é um termo que pertence à teoria psicanalítica, se refere ao estudo dos movimentos psicoafetivos gerados pelas relações intersubjetivas e intrassubjetivas.

A SUBJETIVIDADE DO TRABALHADOR

A busca pelo lucro a qualquer custo e do aumento da produção nas empresas gera problemas sociais e humanos que tem consequências sobre a vida dos trabalhadores. “Beneficiário da produção, o homem é, amiúde no mesmo movimento, vítima do trabalho” (DEJOURS, 1996, p. 150). No interior e no exterior da empresa há consequências do processo de produção desenfreado. Segundo DEJOURS (1996), para lutar contra o sofrimento e se manter no trabalho, o indivíduo desenvolve mecanismos e estratégias, este processo é denominado “sofrimento criativo”. Quando as estratégias e mecanismo de defesa resultam em prejuízo do processo produtivo e não funcionam para mantê-lo no trabalho, o processo denomina-se “sofrimento patogênico”.

O sofrimento no trabalho repercute na vida individual e privada dos indivíduos, interferindo na sua subjetividade e história de vida. “Entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico se interpõem, portanto, estratégias defensivas...” (DEJOURS, 1996, p.153) No confronto entre a organização do trabalho e a organização da personalidade DEJOURS (1996) distingue duas dimensões: a diacrônica que está relacionada com a história singular do indivíduo, sua memória, sua personalidade, etc., o conjunto de elementos que constituem a sua subjetividade; e a sincrônica que se constitui pelo contexto material, social e histórico das relações de trabalho.

Quando tratamos da dimensão subjetiva do trabalhador, nossa abordagem se distancia da presente na administração, gestão ou recursos humanos. Tratamos do que DEJOURS (1996) denomina “homem concreto”, ou seja, a parte viva, sensível, reativa e sofredora do trabalhador, os elementos constituintes da sua subjetividade, que não pode ser negligenciada na análise da relação ser humano *versus* trabalho. A organização do trabalho que separa o corpo do pensamento e o trabalho de concepção do trabalho de execução gera o sofrimento do trabalhador. “A psicopatologia do trabalho coloca o sofrimento no centro da relação psíquica entre o homem e o trabalho. Ela faz do sofrimento um operador da inteligibilidade que vale não apenas no domínio da subjetividade e das condutas, mas também no da produção.” (DEJOURS, 1996, p.160)

DEJOURS (1996) considera que na atualidade as empresas são responsabilizadas cada vez mais pelos danos que provocam ao ambiente. Porém, é necessário desenvolver o processo de responsabilizar as empresas em relação à saúde mental dos trabalhadores que são afetados por suas ações. Tanto os trabalhadores como seus próximos (crianças, parentes, família, etc.). É necessário construir uma nova visão em relação à organização do trabalho e suas influências sobre o sofrimento humano.

CONSIDERAÇÕES SOBRE O TRABALHO A PARTIR DE KARL MARX

O marxismo exerce certa hegemonia nas análises de sociologia do trabalho. Através do trabalho o ser social se distingue dos outros seres. Os seres humanos são dotados de consciência, elaboram mentalmente a forma que querem atribuir ao objeto de seu trabalho. Mesmo no trabalho manual há uma dimensão intelectual. O trabalho é uma condição essencial para a existência social e para a manutenção da sociabilidade humana. Porém, na sociedade capitalista torna-se “expressão de uma relação social fundada na propriedade privada, no capital e no dinheiro”. (ANTUNES, 2004, p.9)

A grande preocupação de Marx é entender a sociedade produtora de mercadorias, assim, se inclui a questão do trabalho. A sociedade capitalista transforma o trabalho de condição essencial da vida humana em algo alienado e fetichizado. O trabalho pode ser considerado uma mercadoria, o trabalhador vende o tempo que o

que o seu corpo está disponível para o trabalho, o tempo de utilização da sua força de trabalho. Para Marx:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. (MARX, 1980, p. 202)

A força de trabalho torna-se uma mercadoria e o trabalhador se torna estranho à sua própria individualidade e condição humana. O trabalho separa as coisas do meio natural e as transforma em objetos de trabalho. Os objetos de trabalho são fornecidos pela natureza e transformados pela ação humana. Estes objetos se tornam matérias-primas e só podem ser considerados como tal depois de sofrerem um processo de modificação pela ação humana. A ação humana modificadora destes objetos é o trabalho. O meio de trabalho liga o objeto de trabalho e o trabalhador. O trabalho se incorpora aos objetos produzidos. O processo de alienação no trabalho não se efetiva apenas na perda do objeto, do produto do trabalho, mas também no processo de produção, que é a atividade produtiva alienada.

O produto do processo de trabalho “é um valor de uso, um material da natureza adaptado às necessidades humanas através da mudança da forma.” (MARX, 1980, p.205). O valor de uso se torna um meio de produção de outro porque outros valores de uso participaram da sua feitura. O trabalho vivo transforma valores de uso possíveis (matéria-prima) em valores de uso efetivos (produto).

A criação dos valores de uso apropria os elementos naturais às necessidades humanas, constituindo uma atividade necessária na relação entre o ser humano e a natureza. O processo de trabalho se realiza com o consumo da força de trabalho (trabalhador). O trabalho do trabalhador não pertence a ele e o produto também não. Ele vende sua força de trabalho. Desta forma:

...constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe em relação inversa à potência e à grandeza da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que no final das contas, toda sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade. (MARX, 2004, p.79)

À medida que o trabalhador produz mercadorias, se torna uma mercadoria cada vez mais desvalorizada. A valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização dos seres humanos. O trabalho produz mercadorias ao mesmo tempo em que transforma o trabalhador em mercadoria também. Quanto mais objetos o trabalhador produz, menos objetos ele pode consumir. Este processo resulta no empobrecimento material e da vida interior do trabalhador. “O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto.” (MARX, 2004, p.81)

Marx (2004) denomina de “estranhamento” a perda do objeto que o trabalhador produz vendendo a sua força de trabalho. O “estranhamento” está presente no ato da produção, na própria atividade produtiva e no seu resultado. Neste processo ocorre a “exteriorização”, que pode ser compreendida pela percepção de que o trabalho é externo ao trabalhador, não pertence ao seu ser. No trabalho, o trabalhador está “fora de si” e só se sente “junto a si”, fora do trabalho. O trabalho não é uma autoatividade, não pertence ao trabalhador, pertence a outro e causa a perda de si mesmo. Este é o processo de “estranhamento” e “exteriorização”.

O trabalho estranhado aliena o ser humano da natureza, de si mesmo e do próprio gênero humano. A atividade produtiva é a mais fundamental, supre as necessidades da existência física, “é o caráter genérico do homem” (MARX, 2004, p.84). O trabalho estranhado inverte essa relação fazendo com que a atividade vital do ser humano, a sua essência, se torne apenas um meio de existência. As considerações de Marx estavam focadas na análise da condição proletária que predominou no século XIX. A relação trabalho *versus* ser humano tinha características específicas neste período. Mas os conceitos elaborados (trabalho estranhado, processo de trabalho e produção de mais valia, etc.) podem ser aplicados nas configurações do mundo do trabalho ainda existentes na atualidade. A condição proletária continua central para os estudos sociológicos do trabalho.

ESTUDO SOBRE A CLASSE OPERÁRIA E A SITUAÇÃO DO TRABALHADOR

Simone Weil viveu com os operários e escreveu sobre suas experiências, elaborando os primeiros estudos sobre subjetividade operária a partir do cotidiano e as manifestações da alienação a que estão sujeitos os trabalhadores. A autora considerava a vida dos operários degradante, na fábrica e fora dela. Conviveu com os operários em torno do ano de 1936, na França. E parte de sua obra é resultado do contato direto com a vida na fábrica. Ela constatou a alienação dos operários que não eram capazes de falar de seu próprio destino sem usarem “lugares comuns”. De acordo com a sua percepção, os operários não podiam ser considerados “homens livres”, não tinham direito a cidadania, estavam confinados a viver em função do trabalho, oprimidos fisicamente e mentalmente. Toda a organização da fábrica exercia um mecanismo de

condicionamento, para que os operários se adaptassem a sua situação de opressão sem resistências.

A autora constatou que a condição operária se caracteriza por uma situação de completa alienação. O operário não sabe o que produz e investe toda a sua capacidade no trabalho, empobrecendo as outras instâncias de sua vida, como a convivência em família, o lazer, etc., ou seja, a vida fora da fábrica. As condições degradantes de trabalho são um mal não só para os diretamente atingidos, mas para toda a sociedade. O trabalho que causa sofrimento gera instabilidade social.

Os estudos de WEIL (1979) sobre o trabalho têm como fonte de análise a condição operária, que foi dominante no início do século XX. Ao longo dos anos a sociedade passou por transformações e reconfigurações no mundo do trabalho. Para compreender essas mudanças, utilizaremos algumas considerações de CASTEL (1998).

A SOCIEDADE SALARIAL

A sociedade salarial é caracterizada por formas de emprego homogêneo e estável. Este tipo de sociedade se configurou a partir dos anos 1950, definida por uma nova relação salarial, “em que o salário deixa de ser a retribuição pontual de uma tarefa” assegurando novos direitos ao trabalhador, “uma participação ampliada na vida social: consumo, habitação, instrução e até mesmo... lazer” (CASTEL, 1998, p.146).

CASTEL (1998) analisa a relação entre a ampliação do salário na extensão da sociedade ao longo do tempo e a construção de uma identidade social de trabalhador assalariado. O salário enquanto componente da cidadania. O desenvolvimento do direito ao salário indica a transformação do trabalhador de força de trabalho alienado, típico da condição proletária (que predominou no século XIX e a partir da qual Marx teorizou), passando por uma condição operária (no início do século XX) e por fim, alcançando a condição salarial na atualidade. Se na primeira das três etapas o salário era meramente a remuneração da força de trabalho, nesta última condição, o salário é o elemento que constrói a identidade social do assalariado.

Com o processo de flexibilização que invadiu o mundo do trabalho e do emprego, ocorreu o que CASTEL (1998) denomina de crise da sociedade salarial, ou seja, “a diversidade e a descontinuidade das formas de emprego estão em vias de suplantar o paradigma do emprego homogêneo e estável” (CASTEL, 1998). De acordo com LEITE (2009), o conjunto de institucionalidades que estavam na base da sociedade salarial foi de certa forma, destruído pelo processo de globalização e reestruturação produtiva.

Os estudos atuais sobre a questão da precarização no trabalho se estenderam ao conjunto dos assalariados em geral e não estão mais focados apenas na classe operária.

Isso se deve às transformações históricas que ocorreram no mundo do trabalho. Para LEITE (2009), a precariedade e a vulnerabilidade social se encontram generalizadas e constituindo um processo social influente no modo de vida. A reconfiguração do mundo do trabalho repercute na identidade, nas condições de vida, na sociabilidade e na saúde dos assalariados. Essas modificações no mundo do trabalho são analisadas pela psicodinâmica e psicopatologia do trabalho que tem como um de seus principais estudiosos Christophe Dejours.

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

“A loucura do trabalho” de Christophe Dejours (1992) é considerado por muitos o livro mais importante na Escola Francesa sobre saúde do trabalhador. O autor aborda o sofrimento da classe trabalhadora e a criação de estratégias defensivas para sobreviver. Este livro faz avançar uma disciplina em desenvolvimento: a psicopatologia do trabalho. O campo da psicopatologia do trabalho é ocupado pela psicanálise, psicossociologia e psicologia abstrata. O tema abordado são as relações entre trabalho e saúde mental. A questão que o autor se propõe a responder é: como fazem os trabalhadores para resistir aos ataques ao seu funcionamento psíquico provocados pelo trabalho? O que fazem para não ficarem loucos?

Um conceito básico na teoria Dejouriana é o papel da organização do trabalho. Ele entende por organização do trabalho não só a divisão do trabalho, mas também a divisão dos homens para garantir essa divisão de tarefas, representada pelas hierarquias, as repartições de responsabilidade e os sistemas de controle. O sofrimento mental resulta desta organização do trabalho que compreende o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade.

Quando a organização do trabalho entra em conflito com o funcionamento psíquico dos sujeitos, eles criam “estratégias defensivas para se proteger” DEJOURS (1992). Um dos pontos da teoria do autor é explicar no que consistem estas estratégias, como elas surgem e evoluem. O autor analisa também as noções de prazer no trabalho, ou de sofrimento criativo e sofrimento patogênico. Para entender as relações que podem se estabelecer entre organização do trabalho e sofrimento psíquico, os assuntos explorados são as relações entre o trabalho, vida psíquica e a vivência subjetiva dos trabalhadores. Sobre a relação do trabalhador com a organização do trabalho destacamos que “... o sofrimento psíquico, longe de ser um epifenômeno, é o próprio instrumento para obtenção do trabalho, o trabalho não causa o sofrimento, é o sofrimento que produz o trabalho.” (DEJOURS, 1992, p.103). O impacto sobre a vida mental dos trabalhadores é favorável à produção. A organização do trabalho explora o sofrimento e os mecanismos de defesa utilizados contra o sofrimento.

A organização do trabalho exerce sobre o indivíduo uma opressão que se reflete sobre o aparelho psíquico. O sofrimento surge das condições que constituem um choque entre a história individual, a subjetividade, esperanças e desejos do sujeito e a organização do trabalho que ignora todos esses fatores. Quando o trabalhador não consegue conciliar suas necessidades fisiológicas e psicológicas ao regime de trabalho ao qual está submetido, surge o sofrimento de natureza mental como resultado do embate entre ser humano *versus* trabalho.

Muitos trabalhadores precisam de remédios para dormir e também para suportar a jornada de trabalho. Os hipnóticos e ansiolíticos são largamente consumidos na atualidade pelos trabalhadores. O trabalho se configura como gerador de ansiedade e distúrbios psíquicos. O processo de medicalização disfarça o sofrimento mental, criando condições para que o indivíduo se mantenha no trabalho. O sofrimento é controlado por estratégias defensivas para não se transformar em patologia e não incapacitar o trabalhador para a sua atividade. As neuroses, psicoses e depressões em situação de trabalho são compensadas pela utilização das estratégias defensivas. Contra o sofrimento, a ansiedade e a insatisfação se constroem sistemas defensivos.

A BANALIDADE DO MAL

DEJOURS (2000) constrói a noção de “banalidade do mal” no sentido em que Hannah Arendt emprega a expressão na análise do caso Eichman. Em nossa sociedade não há mobilização política contra a injustiça, ocorre a banalização do mal representada pela negação do exercício de atos e direitos civis aos indivíduos vítimas de exclusão social. A Psicodinâmica do Trabalho sugere que a adesão ao discurso economicista seria a manifestação do processo de “banalização do mal”. A banalidade do mal está relacionada com o sistema liberal econômico. O trabalho constitui-se uma fonte de sofrimento tanto para os que estão excluídos dele, quanto para os que nele permanecem.

A indiferença e a tolerância ao sofrimento de uma parcela da população é a marca da sociedade neoliberal. A falta de indignação e de reação coletiva contra as injustiças existentes em nossa sociedade são as representações sociais da banalização do mal. Esse processo se realiza a partir da exclusão social e da precarização. A divisão social do trabalho favorece este processo. Este processo de banalidade do mal tem o poder de neutralizar a mobilização coletiva contra a injustiça e o mal praticado contra outrem em nossa sociedade. A Psicodinâmica do Trabalho sugere que no cerne deste processo está o sofrimento e as estratégias defensivas. As estratégias defensivas geradas pelo medo têm um papel essencial no funcionamento da sociedade liberal.

FLEXIBILIZAÇÃO DO MUNDO DO TRABALHO

Para CASTEL (1998), a proteção social cresce na medida em que a contratualidade se modifica. A condição salarial se estabelece no capitalismo com o consumo. A relação salarial é uma relação tipicamente fordista. O autor analisa a relação entre a ampliação do salário na extensão da sociedade ao longo do tempo e a construção de uma identidade social de trabalhador assalariado.

A sociedade salarial só foi possível com o crescimento econômico e o Estado de bem-estar social no século XX, período em que o Estado não só intervém na economia como produtor de bens, mas também como produtor de consumidores, ou seja, produtor de assalariados, por exemplo, com a implantação do salário mínimo para atender as necessidades de consumo.

A criação da noção contemporânea de consumo como ideologia e manutenção do capitalismo permanece até a atualidade. Assim, o fordismo se constituiu em elemento de organização do trabalho e regulação da contratualidade básica do capitalismo. O fordismo institui uma sociedade de consumo e democratiza o acesso aos bens de consumo. O fordismo não é somente um modo de produção, é um modelo de regulação e institui um pensamento pragmático para a questão do consumo. O capital busca transformar em mercadoria todas as instâncias das nossas vidas.

A principal distinção entre fordismo e taylorismo, segundo HARVEY (1999), era o reconhecimento explícito de que a produção em massa significava consumo em massa e conseqüentemente um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle, etc. constituindo um novo tipo de sociedade racionalizada, modernista e populista. A renda dada aos trabalhadores era um incentivo ao consumo dos produtos produzidos em massa. GRAMSCI (2001) considera que as inovações implantadas pelo modelo americano e fordista eram uma tentativa de criar um novo tipo de trabalhador e um novo tipo de “homem”. Não havia como separar os novos métodos de trabalho de um modo de viver, de pensar e de sentir.

Segundo Harvey, “o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser mais bem apreendidas por uma palavra: rigidez.” (HARVEY, 1999, p.135). A acumulação flexível de capital, na concepção do autor, representa um:

... confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual,

tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego chamado 'setor de serviços', bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de 'compressão do espaço-tempo' no mundo capitalista - os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado. (HARVEY, 1999, p.140)

Acumulação flexível, assim, é a nova maneira encontrada pelo capitalismo para superar suas crises cíclicas e suas contradições internas e, dessa forma, permitir a reprodução do capital e sua concentração nas mãos da elite capitalista. Só que, ao contrário do que ocorreu no período fordista, no qual a acumulação era baseada em padrões rígidos, a acumulação, agora é flexível, pois flexível é o mercado e, por isso, flexível deve ser o processo de produção e a exploração da força de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entre a Psicodinâmica e a Sociologia do Trabalho, é possível perceber a estreita relação de saúde com trabalho. As transformações em curso no mundo do trabalho estabeleceram novas relações de trabalho. Os sindicatos e a regulamentação estatal perderam força nesta nova configuração. O enfraquecimento do movimento sindical, a desestruturação do Estado, a desconstituição dos direitos sociais dos trabalhadores, a expansão de formas de trabalho precárias, a elevação das taxas de desemprego e o crescimento da exclusão social, tornaram cada vez mais complexa a situação dos trabalhadores.

A precarização do trabalho e o desemprego aumentam o medo, a insegurança e estimulam a obediência e submissão dos trabalhadores a situações cada vez mais opressoras de trabalho. Nesse contexto de tendência à precarização das relações de trabalho, aumentam o risco de desemprego, a ansiedade e o medo do trabalhador. O desgaste físico e psicológico passa, muitas vezes, a ser banalizado e encarado como se fosse parte da forma regular de trabalhar e viver.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho – Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BASTIDE, Roger. **Sociologia das doenças mentais**. São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1967.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis RJ: Vozes, 1998.

COSTA, Liana Fortunato; BRANDAO, Shyrlene Nunes. Abordagem clínica no contexto comunitário: uma perspectiva integradora. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, Aug. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822005000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 de agosto de 2011.

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. 3.ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2000.

_____. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, Jean-François (Coord.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. v.1. São Paulo: Atlas, 1996. p. 149-174.

_____ et al. **Psicodinâmica do trabalho: contribuições da Escola Dejouriana a análise da relação prazer, sofrimento e trabalho**. São Paulo: Atlas, 1994.

_____. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. 5.ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

GOFFMAN, Erving. **Estigma - notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara, 2008.

GRAMSCI, Antonio. Americanismo e Fordismo. In: **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 239-282.

HARVEY, David. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX. In: **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 8.ed. São Paulo: Loyola, 1999. p. 115-184.

LEITE, Marcia de Paula, ARAÚJO, Angela Maria Carneiro (orgs.). **O Trabalho reconfigurado: Ensaios sobre Brasil e México**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2009.

MARX, Karl. [trabalho estranhado e propriedade privada]. In: **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 79-90.

_____. Processo de trabalho ou o processo de produzir valores-de-uso. In: **O Capital: crítica da economia política**. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. l.1, v. 1., p. 201-210.

MERLO, A.R.C. Transformações no mundo do trabalho e a saúde. In: A. JERUSALINKY, A.C. MERLO & A.L. GIONGO et al. (Eds.), **O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000. p. 271 – 278.

WEIL, Simone. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.